

Nos debruçarmos sobre textos que nos leve a debater sobre epistemologia sempre parece louvável. No Estado do Paraná, nos últimos anos avançamos muito no entendimento das dificuldades encontradas frente ao ambiente escolar. A consciência da escola inserida em comunidades com mazelas enraizadas na sociedade brasileira já foi despertada.

O corpo docente vem debatendo através de formações continuadas, políticas voltadas para práticas pedagógicas tanto a nível nacional como estadual, pois já tivemos a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Estaduais e, agora, surge o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Esses projetos educacionais implantados e debatidos não estão sendo suficientes para as soluções necessárias no âmbito educacional. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio se não vier com um investimento maciço de recursos financeiros será apenas mais um projeto educacional sem sucesso:

Convém destacar que em 1970 o Brasil tinha uma população de 93 milhões de habitantes, dos quais 15,9 milhões estavam matriculados no 1º grau e apenas 1,1 milhões no 2º grau, conforme os dados do IBGE. No início dos anos 1980, quando o regime militar flexibiliza a obrigatoriedade do ensino profissionalizante (Lei 7.044/82), as matrículas no 1º grau somavam 24,8 milhões e as no 2º grau eram aproximadamente de 3 milhões. Estes números dimensionam a elevada exclusão social do ensino médio, o que não impediu a ditadura civil-militar de extinguir o Plano Nacional de Educação aprovado na gestão João Goulart, o qual obrigava o governo a destinar no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a Educação e a determinar a desvinculação orçamentária desses recursos, só retomada pela Emenda Constitucional n. 24 de 1983 — Emenda Calmon — e, mais tarde, pela Carta Constitucional de 1988.  
(FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO, CADERNO 1, 2013, p.21)

As críticas referem-se tanto a projetos educacionais já implantados como também ao Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que contempla concepções curriculares favorecendo docentes não habilitados a atuarem em determinadas áreas do conhecimento. Mas, principalmente, às políticas educacionais adotadas por determinados governos, como no período citado.

Tanto a academia como os professores e educandos do Ensino Médio são apenas reprodutores do conhecimento. Isso não os coloca como atores nesse processo. Para que isso ocorra, são necessárias mudanças em todos os níveis da construção do conhecimento. Se isso ocorrer, mesmo com as condições sociais observadas em nossos educandos, provavelmente a evasão escolar diminua.